A CASA DE JANTAR DO PALÁCIO DE OEIRAS – CENOGRAFIA DA MESA DO MARQUÊS DE POMBAL

ISABEL MAYER GODINHO MENDONÇA*

Resumo: *A casa de jantar do palácio da Quinta de Oeiras, do poderoso ministro de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e marquês de Pombal, é um dos primeiros espaços individualizados com tal função em moradas da nobreza em Portugal. À criação deste espaço não foi certamente alheio o conhecimento dos palácios ingleses onde tais salas já existiam, durante os anos em que Sebastião José permaneceu em Londres como enviado extraordinário do rei D. João V (1738-1744).*

A 21 de janeiro de 1764 estava já concluída a casa de jantar do palácio, com os seus «ornatos de escayolla, azollejos, estuques, e marmores do quarto terreno, que vahe para os Jardins, que cercão as cazas; como são a Caza de Jantar, a Caza do Dosser, os tres Gabinetes, que a ellas se seguem, e a Caza da Mantearia, que está junta a do Dosser». Assim o atesta o «pacto familiar» assinado nessa data pelos três irmãos, Sebastião José, Paulo de Carvalho e Mendonça e Francisco Xavier de Mendonça Furtado, vinculando ao morgado de Oeiras as benfeitorias realizadas.

A reconstituição da sala de jantar e dos espaços a ela anexos, invulgarmente bem preservados e relativamente bem documentados, é ainda possível através da análise da notável decoração aplicada — os estuques relevados, os silhares de azulejos e a decoração escultórica em mármore dos lavabos. As informações documentais ajudam a compor o cenário e a cenografia da mesa dos marqueses de Pombal, nomeadamente os documentos já publicados do relato da estada neste palácio da família real, em 1783, de João de Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira, e a descrição do oeirense Francisco Ildefonso dos Santos, falecido em 1866, além dos inventários da casa e dos apontamentos documentais recolhidos no fundo do Arquivo Pombal.

Palavras-chave: *ritual doméstico nobre; interiores barrocos; casa de jantar palaciana; Quinta de Oeiras; marquês de Pombal.*

Abstract: *The dining room of the palace at Quinta de Oeiras, belonging to the powerful minister of King José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, Earl of Oeiras and Marquis of Pombal, is one of the earliest spaces in Portuguese noble residences to be specifically designed for this function. The creation of this room was certainly influenced by the knowledge of English palaces, where such dining rooms already existed, acquired during the years Sebastião José spent in London as extraordinary envoy of King João V (1738-1744). By 21 January 1764, the palace dining room had already been completed, together with its «ornaments of scagliola, tiles, stuccoes and marbles in the ground-floor quarters facing the gardens surrounding the house; namely the Dining Room, the "Dessert" Room, the three Cabinets that follow it, and the "Mantearia" adjoining the "Dessert" Room». This is attested by the «family pact» signed on that date by the three brothers — Sebastião José, Paulo de Carvalho e Mendonça, and Francisco Xavier de Mendonça Furtado — binding the improvements carried out to the entail of Oeiras.*

The reconstruction of the dining room and its adjoining spaces, unusually well preserved and relatively well documented, remains possible through the analysis of the remarkable decorative programme applied to them — the relief stuccoes, the tiled wall panels, and the sculptural marble decoration of the washbasins. Documentary sources also help recreate the setting and staging of the Pombals' table, particularly the already published accounts of the royal family's stay at this palace in 1783, written by

* Investigadora independente. Email: isabelmendonca@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0799-7766.

João de Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira, and the description by the Oeiras-born Francisco Ildefonso dos Santos, who died in 1866, in addition to the inventories of the house and the documentary notes gathered from the Archive of Pombal fond.

Keywords: *noble domestic ritual; Baroque interiors; palace dining room; Quinta de Oeiras; Marquis of Pombal.*

A 10 de agosto de 1783, a casa de jantar do palácio dos marqueses de Pombal, em Oeiras, foi palco da «real merenda» com que terminou a visita da rainha D. Maria I que selou a reconciliação da Casa Real com a família do falecido Sebastião José de Carvalho e Melo (Sena 1982, pp. 12-22). Podemos reconstituir o cenário faustoso em que decorreu a colação real, graças ao relato que dela deixou João de Saldanha Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira, casado com a filha mais nova do ministro de D. José, que representava na ocasião o seu cunhado Henrique José de Carvalho e Melo, 2.º conde de Oeiras, que se encontrava fora do país, buscando tratamento para a infertilidade[1].

A sala onde esta merenda teve lugar, já referida em 1765 como «casa de jantar», é um dos primeiros espaços documentados, dedicado em exclusivo ao serviço das refeições, que até então se tomavam em salas ou em antecâmaras, aposentos íntimos não destinados apenas a esse fim. À sua criação não terá sido certamente alheio o conhecimento dos palácios ingleses onde tais salas já eram comuns durante os anos em que Sebastião José de Carvalho e Melo permaneceu em Inglaterra como enviado extraordinário de D. João V[2].

Espaço especialmente cuidado, quer pela decoração aplicada e pelo mobiliário, quer pelas louças, vidros, pratas e «aparelhos de mesa de roupa fina» utilizados no ritual da mesa, a casa de jantar do palácio do marquês foi o cenário de várias refeições que homenagearam visitantes ilustres e comemoraram datas e ocasiões especiais, associadas à família, à vila de Oeiras e a efemérides religiosas.

1. A OBRA DO PALÁCIO DE OEIRAS E DA SUA CASA DE JANTAR

Na origem do palácio de Oeiras estão as casas nobres construídas por Paulo de Carvalho e Ataíde, arcipreste da igreja patriarcal, já concluídas em junho de 1721, data de um recibo assinado pelo mestre azulejador António de Oliveira comprovando o

[1] BNP. Secção de Manuscritos, *Coleção Pombalina*, PBA 697, fls. 98-103v.

[2] Embora a casa de jantar apareça já representada em 1738 no tratado de Jean-François Blondel, *De la distribution des Maisons de Plaisance et de la Décoration des Édifices en général* (Thornton 1993, figs. 136 e 137), foi em Inglaterra que ganhou importância enquanto espaço autónomo, sempre cuidadosamente decorado (Franco 2014, pp. 315-334).

pagamento dos azulejos «de jarras», «de flores» e «de Paizes», que ainda hoje decoram algumas das salas do palácio[3].

O mesmo arcipreste instituiu em 1737 o morgado de Oeiras, nomeando o sobrinho mais velho, Sebastião José de Carvalho e Melo, seu herdeiro e primeiro administrador, a que se seguiriam todos os seus filhos e descendentes legítimos. Caso se extinguisse a linha sucessória, a administração do morgado seria assumida, sucessivamente, pelos sobrinhos Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Paulo António de Carvalho e Mendonça, e José Joaquim de Carvalho e Mendonça, que na mesma altura se obrigaram a doar ao vínculo a terça parte dos seus bens.

As casas nobres do arcipreste viriam a ser substancialmente aumentadas em 1759, após a atribuição do título de conde de Oeiras a Sebastião José. Foi então construído um novo corpo de planta trapezoidal, em redor de um pátio com o mesmo formato, o chamado «quarto novo», adossado às primeiras construções, a partir de então designadas como «quarto velho»[4], com projeto atribuído ao arquiteto húngaro Carlos Mardel (Machado 1823, p. 194).



Fig. 1
Palácio de Oeiras. Fachada sul sobre o terraço das araucárias
Fonte: Fotografia do palácio Marquês de Pombal, município de Oeiras

A 21 de janeiro de 1764, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho e Mendonça — o outro irmão, José Joaquim, tinha falecido na Índia em 1738 — doaram ao morgado, entre outros bens, a capela do palácio e o quarto novo construído «desde os fundamentos», a nascente das antigas casas nobres. A 12 de setembro de 1765 teve lugar nova doação, referida como «pacto familiar de agregação».

[3] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal,* maço 74, fls. 42-43. José Meco, a quem se devem os dois estudos mais completos sobre o palácio de Oeiras (Meco 1984; Meco 2014), atribuiu com fundamentos estilísticos os azulejos da sala de entrada (a «sala vaga») e do salão nobre (a «casa grande») ao pintor Valentim de Almeida (Meco 2014, p. 121).
[4] Entendendo-se aqui por «quarto, a parte de huma casa grande, com serventia separada» (Bluteau 1720, VII, p. 23).

Entre outras benfeitorias, Paulo de Carvalho vinculou ao morgado o novo aqueduto, que trazia a água da Fonte do Ouro até à vila e ao palácio, e Francisco Xavier as «obras, e bemfeitorias» que, nas suas palavras, muito tinham enobrecido a casa principal da quinta de Oeiras, nomeadamente

> *os ornatos de escayolla, azollejos, estuques, e marmores do quarto terreno, que vahe para os Jardins, que cercão as cazas como são a Caza de Jantar, a Caza do Dosser* [*sic*, por *Dessert*]*, os tres Gabinetes, que a ellas se seguem, e a Caza da Mantearia, que está junta a do Dosser, a arca grande de Pedraria, que está por baixo da Salla grande do quarto velho, e as Fontes de Marmores da Caza do Jantar para onde se diriva a agoa da sobredita arca*[5].

Os dois irmãos não viriam a desfrutar do palácio de Oeiras e da nova casa de jantar por muito tempo. Francisco Xavier faleceu a 15 de novembro de 1769 e Paulo de Carvalho dois meses depois, a 17 de janeiro de 1770. Após a morte dos irmãos, Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal em 16 de setembro de 1769, deu início a novas obras de decoração da casa de jantar e das salas anexas — os espaços de representação do seu palácio destinados às várias refeições que aí viriam a ter lugar nos anos que se seguiram.

2. O CENÁRIO DA MESA DO PALÁCIO DE OEIRAS: A DECORAÇÃO DA CASA DE JANTAR E DAS DIVISÕES ANEXAS

As salas destinadas às refeições — a casa de jantar (Fig. 2) e as duas salas laterais, a «casa do *dessert*» (Fig. 4) e a «casa dos aparadores», e ainda os três «gabinetes do chá e do café» (Fig. 5) — situam-se no primeiro piso do quarto velho e abrem para um amplo terraço virado a sul. Aproveitando o desnível do terreno, foram criadas zonas de serviços no piso térreo, onde se situava a «arca grande de pedraria».

A casa dos aparadores comunica, através da copa, com as duas cozinhas do palácio, situadas no mesmo piso, mas no quarto novo. Da casa do *dessert*, ou seja, a sala onde se servia a sobremesa[6], acede-se à «casa da mantearia», a divisão onde se guardavam as pratas e os demais objetos ligados ao serviço da mesa (Bluteau 1716, V, p. 301)[7] (Fig. 4).

Embora não tenha sido frequente em Portugal a utilização de dois espaços complementares reservados à refeição, isso já acontecera no cerimonial que envolveu a receção oficial do novo embaixador de França em Portugal, o conde de Bachi, hospedado entre 8

[5] ANTT. *Arquivos Notariais*, 11.º cartório, ofício A, livro 28, caixa 5, fls. 16v-18, e livro 33, caixa 6, fls. 29-31 (Galvão-Telles 1999, pp. 38-40).
[6] A «fruta ou doce que depois da carne ou do peixe se põem no fim da mesa» (Bluteau e Silva 1789, II, p. 709).
[7] Esta divisão está hoje transformada em espaço de arrumos.



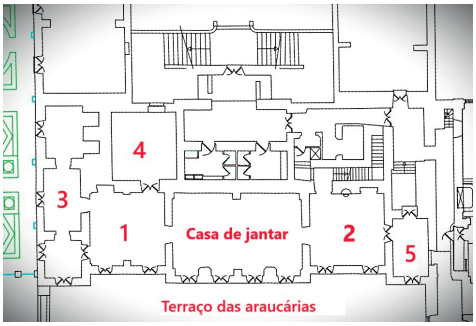


Fig. 2. Palácio de Oeiras, casa de jantar
Fonte: Fotografia do palácio Marquês de Pombal, município de Oeiras
Planta. Palácio de Oeiras. Planta da casa de jantar e das divisões anexas: 1. Casa do *dessert*; 2. Casa dos aparadores; 3. Gabinetes do chá e do café; 4. Mantearia; 5. Copa



Fig. 3
Palácio de Oeiras, casa de jantar — lavabo em mármore, silhares de azulejos com cenas de refeição e estuques em relevo figurando animais e legumes
Fonte: Fotografia de Isabel Mendonça

e 10 de junho de 1753 em Marvila, no palácio do cardeal patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. As várias refeições foram então servidas em mesas idênticas para 25 convidados, em duas das salas contíguas à «sala vaga», adaptadas a casa de jantar e a casa do

dessert. O cerimonial diplomático e todos os preparativos para a hospedagem do conde de Bachi estiveram a cargo de Sebastião José de Carvalho e Melo, então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra[8], que no cerimonial diplomático poderá ter colhido inspiração para as duas salas de refeição do palácio de Oeiras.

Das obras pagas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado restam ainda as duas «fontes» da casa de jantar — os dois lavabos encaixados na parede norte, decorados com sereias apoiadas em golfinhos de mármore branco, aparentemente de Carrara, inicialmente abastecidos pela água da arca grande de pedraria do piso térreo.

Na casa de jantar, entre as portas-janelas abertas para o terraço, figuram as duas estátuas de grandes dimensões que para aí foram encomendadas pelo marquês de Pombal a Joaquim Machado de Castro: Aretusa, a ninfa da mitologia grega que se transformou em fonte, e Alfeu, o seu apaixonado metamorfoseado em rio. Por elas recebeu o mestre escultor, respetivamente, 144$000, a 22 de maio de 1774[9], e 148$000, a 3 de março de 1776[10] (Fig. 2).

Excetuando o pavimento da casa de jantar, recentemente substituído por soalho, as restantes cinco divisões mantêm ainda o pavimento original em lajes de pedra avermelhada (Figs. 4 e 5).



Fig. 4
Palácio de Oeiras, sala do *dessert*
Fonte: Fotografia do palácio Marquês de Pombal, município de Oeiras

[8] ANTT. MNE, livro 148 (documento transcrito por Câmara 2009, pp. 345-349).
[9] BNP. BN/AP/GF/01/Lv02, fl. 114.
[10] BNP. BN/AP/GF/01/Lv03, fl. 99.



Fig. 5
Palácio de Oeiras, gabinetes do chá e do café
Fonte: Fotografia de Isabel Mendonça

Silhares de azulejos em azul e branco rodeiam a casa de jantar, as duas salas anexas e os dois primeiros gabinetes. Azulejos polícromos revestem as paredes do último gabinete, aberto para a fachada poente. Em todos os silhares se repetem as molduras de volumosos concheados, de gosto rococó, em redor das composições centrais, com cenas de refeição na casa de jantar (Figs. 2, 3 e 9), motivos relacionados com o jogo na casa do *dessert* (Fig. 4), paisagens campestres e cenas populares na casa dos aparadores e nos dois primeiros gabinetes, ambos em azul cobalto. No terceiro gabinete figuram ainda temas de *chinoiserie* em policromia (Fig. 5).

Os tetos abobadados da casa de jantar, da casa do *dessert* e dos três gabinetes estão integralmente decorados com cenas figurativas em estuque branco relevado e em pintura de grisalha. O espaço entre estas cenas é preenchido por grinaldas floridas, enrolamentos vegetalistas, frutos, troféus, pássaros, engradados e finos concheados de contornos flamíferos de gosto rococó, também em estuque relevado branco, sobre fundos de cor pastel. Mais simples é a decoração do teto da casa dos aparadores, apenas centrado por um turbilhão de concheados em estuque de meio relevo sobre fundo pastel (Figs. 2, 4 e 6).



Fig. 6
Palácio de Oeiras, casa do *dessert*. Pormenor da abóbada com estuques e pinturas em grisalha
Fonte: Fotografia de Isabel Mendonça

Particularmente interessantes são as diversas cenas de refeições ao ar livre, no teto da casa de jantar, envolvendo figuras galantes e serviçais trajando à moda da época, bem como animais, frutas e legumes utilizados na alimentação, verdadeiras naturezas-mortas em estuque relevado, bem adequadas a espaços destinados às refeições (Figs. 2, 3 e 6).

Nos tetos da casa de jantar e da casa do *dessert* estão representadas, em posição central, duas cenas mitológicas em estuque relevado, sugestivas alegorias à prosperidade da família Pombal. Na casa de jantar, a deusa romana da Abundância, coroada de louros, de peito desnudo e, na mão, uma cornucópia recheada de frutos, esmaga com o seu peso uma mulher idosa, simbolizando a esterilidade e a fome (Figs. 7 e 7a). Na casa do *dessert* estão representados Zéfiro, deus do vento, e Flora, a deusa da Primavera, ambos presidindo à floração dos cereais e de todas as plantas úteis, uma alusão à constante renovação da Natureza (Figs. 8 e 8a).

O mestre estucador inspirou-se em duas gravuras do livro do desenhador e gravador francês Simon Thomassin, por este oferecido em 1694 ao rei Luís XIV, reproduzindo as mais importantes estátuas dos jardins do palácio de Versailles (Mendonça 2014a, pp. 186-190)[11]: a deusa romana da Abundância, esculpida por Antoine Coysevox (Thomassin 1694, prancha 71)[12], e Zéfiro e Flora, da autoria do escultor Louis Le Comte (Thomassin 1694, prancha 75)[13]. O mestre estucador não se limitou a copiar as gravuras: adaptou-as ao espaço disponível e enquadrou-as com paisagens e temas ligados à alimentação.

[11] O álbum de Thomassin, editado pela primeira vez em Paris em 1694, foi reeditado no ano seguinte em Amsterdão, e em 1723 e 1724 na Haia, em francês, latim, italiano e flamengo.
[12] O grupo escultórico, em calcário de Saint-Leu, encontra-se hoje apoiado num dos pedestais das rampas da praça de armas e do *avant-cour* do palácio de Versailles.
[13] O grupo escultórico, também em pedra de Saint-Leu, pode ainda ser visto sobre um dos pilares que flanqueiam o acesso a uma das escadarias da *orangerie* de Versailles.





Figs. 7 e 7a
Palácio de Oeiras, casa de jantar. No painel central da abóbada, uma alegoria à Abundância
Fonte: Fotografia de Isabel Mendonça
Gravura de Simon Thomassin, 1694, prancha 71





Figs. 8 e 8a
Palácio de Oeiras, casa do *dessert*. Painel central da abóbada, figurando os deuses Zéfiro e Flora. Fonte: Fotografia de Isabel Mendonça
Gravura de Simon Thomassin, 1694, prancha 75

O livro de Thomassin constava da biblioteca de Joaquim Machado de Castro (Faria 2008, p. 176), não aparecendo referido nos inventários conhecidos da biblioteca da Casa Pombal. Interrogamo-nos, por isso, se a proposta para as cenas centrais dos tetos da casa de jantar e da casa do *dessert* não terá partido deste escultor, que por várias vezes trabalhou para o marquês de Pombal[14].

[14] Além das estátuas já referidas de Alfeu e Aretusa, encomendadas para a casa de jantar, estão documentados os dois leões para a cascata da Taveira, feitos de empreitada no telheiro da Escultura, pelos quais Machado de Castro recebeu 67$200, a 29 de agosto de 1773 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 97, fl. 549), e «4 bustos em marmore de Estremôs, os quaes representão os quatro Épicos mais notaveis, Homero, Virgilio, Camoens e Tasso», destinados à gruta do jardim da Quinta de Baixo, pelo valor de 185$400, a 28 de junho de 1776 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 120, fl. 488).

Em 1972, no âmbito de um restauro encomendado pela Fundação Calouste Gulbenkian, então proprietária do palácio, foram retiradas as escaiolas que cobriam as paredes da casa de jantar, da casa do *dessert* e da casa dos aparadores, acima dos silhares de azulejos, muito provavelmente idênticas às que ainda hoje revestem as paredes da escadaria interior do quarto novo, ou as da Sala da Concórdia, em *stucco-marmo*. Em novembro desse ano, as paredes das três divisões foram picadas pelo estucador Domingos Enes Baganha e de novo estucadas e pintadas de branco. As pinturas dos tetos foram igualmente restauradas pelo pintor António da Costa[15].

3. OS MESTRES DOS AZULEJOS E DOS ESTUQUES

A documentação consultada no Arquivo Pombal (da Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa) revelou-nos informações inéditas sobre o fornecimento dos silhares de azulejos da casa de jantar e das salas anexas. No princípio de fevereiro de 1772, o mestre azulejador Domingos Jorge apresentou as contas dos azulejos que colocara em várias divisões do quarto novo de Oeiras, além de várias contas atrasadas, em parte por pagar, referentes aos trabalhos que realizara nas capelas de Oeiras e da Granja e na barraca da Ajuda, a residência lisboeta do secretário de Estado após o terramoto[16]. A dívida, que ascendia a 427$155 réis, foi saldada pelo marquês de Pombal logo no dia 8 do mesmo mês, passando Domingos Jorge o respetivo recibo. Testemunharam o pagamento, realizado na barraca da Ajuda, Sebastião Inácio de Almeida, o diretor da Fábrica do Rato, e o azulejador Agostinho Batista Soares[17].

Entre os silhares de azulejos que colocara no palácio, Domingos Jorge referiu em pormenor os «4599 azulejos de brutesco que pus[era] na Casa de jantar, Casa do decer, Casa dos aparadores, e os tres gabinetes juntos, tudo debaixo do Pallacio velho, a rasão de 35$000 reis o milheiro», num total de 160$965 réis[18].

A esta conta acrescentou os documentos que provavam as dívidas pendentes, atrás referidas, e ainda a conta, já paga por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dos azulejos colocados em 1766 «em seis Cazas do Quarto baixo que fazem frente ao jardim do Pallacio» — 4620 azulejos, a 35$000 réis o milheiro, no valor total de 161$700 réis[19].

Os documentos são claros: os silhares de azulejos das seis divisões do «quarto baixo», como são referidas as seis salas de que temos vindo a falar, assentados em

[15] Domingos Enes Baganha, natural de Afife, no concelho de Viana do Castelo, com oficina na rua do Rosário, no Porto, dirigiu todos os restauros do palácio de Oeiras, a pedido da Fundação Calouste Gulbenkian, aí instalada enquanto se aguardava a conclusão da sua nova sede em Lisboa. Das paredes da casa de jantar foram igualmente retirados os apainelados aí existentes, «por não terem ligação com o restante». FCG. Museu, 04250, *Obras de conservação e Restauro do Palácio de Oeiras*.

[16] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 114, fls. 17-21v.

[17] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 114, fls. 17/1 e 2.

[18] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 114, fl. 17/1.

[19] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 114, fl. 23.

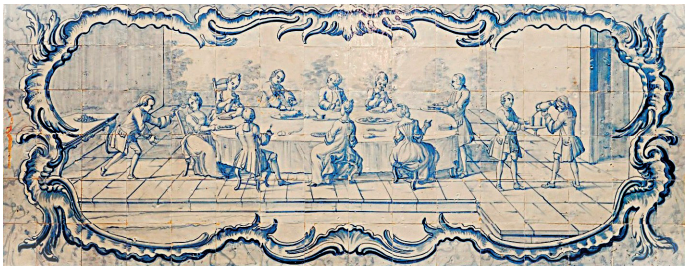


Fig. 9
Palácio de Oeiras, casa de jantar. Silhar de azulejo com cena de refeição
Fonte: Fotografia do palácio Marquês de Pombal, município de Oeiras

1766[20], foram todos substituídos antes de fevereiro de 1772, certamente respondendo a um desejo de renovação desses espaços por Sebastião José de Carvalho e Melo, que se tornara o único proprietário do palácio de Oeiras.

A atividade de Domingos Jorge entre 1738 e 1781, já identificada por vários autores, está ainda longe de ser totalmente esclarecida. São conhecidas diversas sociedades a que pertenceu, olarias com que trabalhou e algumas das obras de que se encarregou[21], mas as sucessivas encomendas que recebeu de Sebastião José de Carvalho e Melo e dos seus dois irmãos, entre 1761 e 1777, bem documentadas no Arquivo Pombal, levantam novas questões sobre a organização da sua operosa oficina, a relação com alguns dos seus sócios e colegas de ofício, e os pintores e olarias a que terá recorrido.

A presença de Sebastião Inácio de Almeida, diretor da Fábrica de Louça do Rato entre 1771 e 1779, e do mestre azulejador Agostinho Baptista Soares como testemunhas do acerto de contas com o marquês de Pombal em fevereiro de 1772 parece confirmar uma colaboração de ambos com Domingos Jorge. Agostinho Batista Soares, referido como oleiro e como azulejador, fornecera azulejos, no ano anterior, para o prédio do marquês de Pombal no sítio do Cataquefarás, em Lisboa[22]. Para a mesma obra Domingos Jorge forneceu também azulejos, certamente em parceria com Agostinho Batista[23]. Com este azulejador tinham também colaborado, entre 1753 e 1757, Sebastião Inácio de Almeida e seu pai, Valentim de Almeida, ambos pintores de azulejo (Mangucci 2020, anexo 1, pp. 84-86). A 14 de novembro de 1773, Sebastião Inácio de Almeida assinou um recibo pelos silhares de azulejo que fizera para a «Casa da Pescaria», junto à cascata da Taveira, na Quinta de Cima, em Oeiras, onde discriminou o valor cobrado pela Fábrica, 20$625 réis, e o montante pago ao ladrilhador, 16$400 réis, perfazendo os 37$025 que acabara de receber[24].

[20] Ou em 1765, se tivermos em atenção a data da escritura assinada entre os três irmãos onde são mencionadas as obras pagas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado.
[21] Mendes 2018, pp. 53-55; Mangucci 2020, pp. 173-176; AZ Infinitum, https://redeazulejo.letras.ulisboa.pt/pesquisa-az/ficha.aspx?id=780&ns=402000&lang=PO [consult. 2025-03-01].
[22] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 150, fls. 99-101; BNP. BN/AP/GF/01/Lv01, fls. 54, 56.
[23] BNP. BN/AP/GF/01/Lv01, fl. 128.
[24] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 97, fl. 543.



Fig. 10
Palácio de Oeiras, escadaria interna. Estuques de relevo com as armas do marquês de Pombal
Fonte: Fotografia de Isabel Mendonça

José Meco atribuiu os azulejos da casa de jantar, da sala da Concórdia e da escadaria interior do palácio a Sebastião Inácio de Almeida, admitindo que os mesmos possam ter sido «dos primeiros azulejos realizados na Fábrica Real de Louça» (Meco 2014, p. 122).

Quanto aos estucadores que trabalharam na casa de jantar e nas divisões anexas, a documentação do Arquivo Pombal não nos dá quaisquer informações. Tratou-se, contudo, de uma campanha de grandes dimensões, que também terá abrangido os estuques da maior parte das salas do piso nobre do quarto novo. Em todos estes estuques estão presentes idênticos motivos decorativos, inspirados nas gravuras francesas e alemãs que então circulavam em Portugal, a par de várias cenas figurativas, também elas inspiradas no álbum de Simon Thomassin, que, como referimos, reproduziu muitas das estátuas dos jardins do palácio de Versailles (Mendonça 2014a, pp. 186-190)[25].

[25] Nos tetos de cinco divisões do piso nobre do quarto novo foram utilizadas outras gravuras do álbum de Simon Thomassin: Perseu libertando Andrómeda, acorrentada ao rochedo, do original de Pierre Paul Puget, hoje no museu do Louvre; Vertumno conquistando Pomona, a deusa dos pomares, disfarçado de velha alcoviteira, reprodução do conjunto escultórico de Pierre Le Gros; e a história de Ácis e Galateia, a partir da escultura de Jean-Baptiste Tuby — histórias de amores dos deuses, inspiradas nas *Metamorfoses* do poeta Ovídio. A estátua romana de Diana, já desaparecida, e a figura alegórica do Poema Lírico, ainda nos jardins de Versailles, serviram de inspiração à Diana da Sala da Caça e ao Orfeu da Sala de Música.

Nos estuques do teto da escadaria interna do quarto novo, a coroa de marquês que remata as armas da Casa Pombal aponta para uma obra realizada numa data posterior à atribuição deste título a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 16 de setembro de 1769 (Fig. 10). As semelhanças estilísticas com os estuques das salas dedicadas às refeições levam-nos a admitir que estes possam ter feito parte de uma mesma campanha, muito provavelmente a par da colocação dos novos silhares de azulejos.

Embora não tenha ainda surgido nas obras de estuque de Oeiras qualquer referência documental à presença do estucador ítalo-suíço João Grossi (Giovanni Maria Grossi), as evidentes semelhanças dos estuques da capela do palácio, já terminados em 1762[26], com os estuques bem documentados da capela da Ordem Terceira de Jesus, em Lisboa, realizados em 1757 e 1758 (Mendonça 2014b, pp. 168-179), permitem-nos confirmar com segurança a sua presença em Oeiras. Grossi foi aliás muito protegido pelo futuro marquês de Pombal[27], que «lhe dava, ou pedia lhe dessem a fazer todas as grandes Obras que então se construião, que erão muitas, e pagas por altos preços» (Machado 1823, pp. 216-217). Os estuques do palácio de Oeiras fizeram certamente parte dessas «grandes Obras».

Em 1763 está documentada a presença de dois estucadores do Ticino — Boaventura Tarquini (Tarchini) e José Riquete (Righetti) — na obra dos já desaparecidos estuques ornamentais do horto-ajardinado do palácio de Oeiras[28]. Durante a década de 60 estiveram ainda ativos em Portugal outros estucadores do Ticino, que podem ter colaborado com Grossi nas obras do palácio de Oeiras, entre outros, Sebastião e José Toscanelli, Miguel Real (Reale), Pedro Cristóvão Agostinho (Augustini), João Batista Falcão (Falcone), e João Francisco Riquete (Righetti) (Mendonça 2019-2020, pp. 111-113).

Mas Grossi não trabalhou apenas com estucadores seus conterrâneos. Nomeado diretor da Aula de Desenho e Estuque em 1764, com um vencimento anual de 600$000, foi responsável pela formação de muitos estucadores portugueses que viriam a ter um papel importante em obras realizadas ao longo da segunda metade do século XVIII. Contou ainda com a colaboração de quatro estucadores portugueses com uma longa experiência no seu ofício, embora sem a formação teórica adquirida na Aula, a quem

[26] A capela foi sagrada a 17 de março de 1762 pelo arcebispo de Évora, de acordo com um manuscrito recentemente encontrado sob a pedra de ara do altar-mor, dentro de uma pequena caixa em prata (Santos 2017, p. 56).
[27] Em 1764, com dispensa dos «banhos de seus naturaes», Grossi casou na igreja do convento de Santa Joana com uma protegida de soror Madalena de Mendonça, irmã do conde de Oeiras — Rosa Bernarda da Costa Velho, de Guimarães, de quem teve cinco filhos, todos apadrinhados por membros da família Pombal (Mendonça 2014c, pp. 490-498).
[28] Com eles trabalharam três estucadores portugueses: Romão Francisco, Mateus da Silva e Antonio de Matos (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, AP257, cota topográfica provisória, fl. 188).

atribuiu carta de mestre a 18 de junho de 1773: Manuel Francisco dos Santos, Paulo Botelho, José Francisco da Costa e Manuel José de Oliveira[29].

Manuel Francisco dos Santos trabalhou nos desaparecidos estuques ornamentais de uma das fachadas do palácio de Oeiras, a 9 de outubro de 1773, recebendo 6$400 pelos «ouvados da frontaria do Jardim aonde emcostam as figuras que estam sobre os pillares de pedra»[30]. A 18 de setembro desse mesmo ano estava terminada a empreitada de estuques da «casa da pescaria» (a casa de fresco junto à cascata da Taveira), no montante de 38$400[31]. Da documentação não constam os nomes dos estucadores que aqui trabalharam, mas é de admitir a participação dos quatro mestres de Grossi, que dois anos depois, em junho de 1775, voltamos a encontrar nas obras de remodelação do palácio do Egito, em Oeiras, cedido por António Rebelo de Andrade para instalação do marquês de Pombal e da sua família, no período em que D. José habitou o palácio Pombal para mais facilmente beneficiar das águas termais do Estoril[32].

Manuel Francisco dos Santos voltou a trabalhar no palácio do marquês de Pombal em 1776, assinando a 2 de maio um recibo de 153$700 réis pelo pagamento dos estuques que ainda hoje revestem o teto da «casa grande», o atual salão nobre[33]. Os ornatos em estuque desta sala compreendem as molduras das cartelas com pinturas de Pedro Alexandrino — bustos de heróis clássicos coroados de louros e meninos empunhando ramos floridos — e a balaustrada perspetivada que enquadra uma alegoria à Abundância, realizada pelo mesmo pintor[34]. Nos estuques da «casa grande» já não encontramos os concheados de gosto rococó, substituídos por simples molduras vegetalistas, mais de acordo com os heróis clássicos de Pedro Alexandrino.

Podemos pois afirmar que, embora o nome de João Grossi esteja incompreensivelmente ausente da documentação do Arquivo Pombal, ele continuou presente nas obras do palácio e da Quinta de Oeiras, quer através dos seus conterrâneos ítalo-suíços, quer através dos estucadores a quem atribuiu carta de mestre em 1773. Serão eles, aliás, através dos seus alunos e colaboradores, os principais transmissores dos ensinamentos de Grossi às gerações futuras (Mendonça 2009, pp. 134-137).

---

[29] ANTT. *Real Fábrica das Sedas*, livro 422, fls. 187-190, 195-198, 206 e 242.
[30] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 8, fl. 493.
[31] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 8, fl. 467.
[32] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 162, fls. 9, 11. Na obra de estuque, que custou 21$450, participaram ainda dois ajudantes, Bento Cipriano e Francisco dos Santos, filho de Manuel Francisco dos Santos.
[33] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 120, fl. 311.
[34] BNP. BN/AP/GF/01/Lv03, fl. 137. Responsabilizou-se pela obra o arquiteto Reinaldo Manuel dos Santos, que recebeu, a 5 de maio, 189$870 pela «despesa feita com o estuque e pintura». Ao pintor Pedro Alexandrino foi oferecido a 21 de julho «um faqueiro de prata comprado a Sebastião Bernardes», em «gratificação pelas pinturas e figuras das Salas Grandes e Vagas do Palácio de Oeiras» (BNP. BN/AP/GF/01/Lv03, fls. 115 e 117, respetivamente). Sobre estas pinturas veja-se a interessante análise de Barros 2018, pp. 70-75.

4. JANTARES EM OEIRAS

A casa de jantar de Oeiras foi palco de vários jantares[35] entre dezembro de 1770 e junho de 1776. No Arquivo Pombal estão documentadas as despesas dessas refeições — da compra dos vários alimentos, destinados à cozinha e à copa, às deslocações dos cozinheiros, copeiros e outros criados, entre o cais de Belém e Paço de Arcos. Não raras vezes, são referidos objetos adquiridos para algumas delas, como louças e vidros ou mesmo decorações para a mesa.

A 23 de dezembro de 1770, o jantar organizado para receber o núncio Innocenzo Conti assinalou o reatamento de relações com a Santa Sé, interrompidas desde agosto de 1760, com a expulsão do núncio Filippo Acciaiuoli[36]. No ano seguinte, a 3 de setembro de 1771, foi recebido em Oeiras o duque de Gloucester, irmão do rei Jorge III de Inglaterra[37], e a 17 de novembro um outro jantar comemorou a sagração dos novos bispos de Castelo Branco e Lamego[38]. O embaixador inglês jantou em Oeiras a 3 de junho de 1772 e de novo a 1 de maio de 1775[39]. A 14 de dezembro de 1772, o marquês ofereceu um jantar aos lentes de Coimbra, que conhecera pouco antes, quando se deslocou àquela cidade em representação de D. José, para a entrega solene dos novos estatutos da Universidade[40]. A 5 de junho de 1776 um outro jantar comemorou a visita a Oeiras do príncipe russo Yossopof[41].

A casa de jantar de Oeiras foi ainda palco de vários jantares oferecidos pelo marquês de Pombal durante a Quaresma, no domingo da Procissão dos Passos, entre 1770 e 1776[42]. Uma outra efeméride de raiz religiosa, a feira e romagem de Nossa Senhora das Mercês, com tradições antigas na região de Sintra, realizou-se entre 1772 e 1780 na vila de Oeiras, por provisão régia de 4 de julho de 1771 (*Memorial Histórico…* 1982, vol. II, pp. 411, 412), sendo assinalada, entre 1772 e 1775, por dois jantares em Oeiras, nos 3.º e 4.º domingos do mês de outubro[43]. A «função da ermida», uma outra festividade associada a Nossa Senhora das Mercês, padroeira da

[35] No início do reinado de D. Maria, o jantar tinha lugar habitualmente entre o meio-dia e a uma da tarde. Nas casas dos Grandes do reino, porém, jantava-se muitas vezes por volta das três da tarde (Veloso 1992, pp. 36, 37).
[36] BNP. BN/AP/GF/01/Lv01, fl. 44.
[37] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 52, fl. 18.
[38] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 52, fl. 12.
[39] BNP. BN/AP/GF/01/Lv01, fl. 152; BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 101, fls. 286-345.
[40] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 99, fl. 81.
[41] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 120, fls. 437-441.
[42] Estão documentados os jantares de 8 de março de 1770 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 127, fls. 105, 105v), 5 de abril de 1772 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal,* maço 99, fls. 93 e 93v), 26 de março de 1775 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 101, fls. 198-201) e 11 de março de 1776 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 120, fls. 179-181). Curiosamente, em todas estas refeições eram servidos pratos de carne, a par de peixe e mariscos.
[43] Constam do mesmo arquivo as despesas dos dois jantares em 1772 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 99, fls 13v-15v, 17-19), em 1774 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal,* maço 121, fls. 350-355) e em 1775 (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 162, fl. 238).

família Carvalho, foi acompanhada de um solene *Te Deum* na capela do palácio, a 5 de novembro de 1775, e também rematada por uma refeição[44].

Como atrás referimos, a «real merenda» servida na casa de jantar de Oeiras a 10 de agosto de 1783, no final da visita da rainha D. Maria I, um ano após a morte de Sebastião José de Carvalho e Melo, abriu a via da reconciliação da Casa Real com a família Pombal, que viria a permitir o reconhecimento da posse do Senhorio de Oeiras pelo 2.º marquês de Pombal, Henrique José de Carvalho e Melo, em 1786, cerimónia igualmente comemorada com um jantar no palácio de Oeiras[45].

5. A CENOGRAFIA DA MESA DO PALÁCIO DE OEIRAS: MOBILIÁRIO, LUMINÁRIAS, LOUÇAS, VIDROS E «ROUPA DE MESA»

A 31 de julho de 1805, um pormenorizado inventário do recheio do palácio de Oeiras, realizado por altura da transmissão do cargo de feitor das quintas de Belém, permite-nos reconstituir o mobiliário então existente nas várias divisões ligadas às refeições no palácio de Oeiras e identificar algumas das louças de serviço. O sargento-mor José Pedro Martins, antigo feitor da quinta de Oeiras, recém-nomeado fiscal das fazendas da casa, foi encarregado desta tarefa pelo 2.º marquês de Pombal. Os bens inventariados foram conferidos pelo apontador Joaquim José Latino de Faria, pelo «fiel da mobilia das casas nobres das quintas de Oeiras», Apolinário José de Almeida, por Quitéria Luísa, «fiel da rouparia e da porcelana», e pelo novo feitor das quintas de Oeiras, Jozé Brás Xavier[46].

Na casa de jantar existiam então três mesas grandes de espinheiro com um «pano verde de as cobrir» e um «rodapé de baeta azul claro», seis mesas pequenas de espinheiro e 24 cadeiras de nogueira, com assentos e costas de palhinha. Nas restantes divisões apenas são referidos os móveis — na casa do *dessert* uma mesa grande de espinheiro e 24 cadeiras de pinho «com rótula de palha», na casa dos aparadores uma mesa grande e quatro mesas pequenas em madeira de espinheiro, e nos três «gabinetes de tomar café» duas mesas pequenas quadradas, «com seu xadrez», e uma outra redonda[47].

Na casa da louça foram inventariados dois grandes serviços de mesa, um de «loiça esmaltada fina da India», ou seja, de porcelana chinesa, «com Figuras de branco, encarnado, e oiro», o outro de louça inglesa. De grandes dimensões — o

[44] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 162, fl. 323. Em novembro de 1817 repetiu-se a «função da ermida», organizada por Francisco Ildefonso dos Santos, o oeirense a quem tem sido atribuído o *Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras*. A solenidade foi acompanhada de um *Te Deum*, com a participação de músicos vindos de Lisboa (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 71, fls. 595-597).
[45] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 63, fl. 503.
[46] FCG. Biblioteca, *Casa Pombal*, *Inventário…*
[47] FCG. Biblioteca, *Casa Pombal*, *Inventário…*, fls. 25 e 25v.

primeiro com 428, o segundo com 359 peças — compreendiam «pratos de guarda-napo»[48], de sopa e de sobremesa, terrinas com as suas tampas, fruteiros, saladeiras, jarros, manteigueiras e saleiros. Guardavam-se ainda no mesmo local 15 «aparelhos para chá» em «louça fina da India», com dimensões variáveis (entre 24 e 133 peças), compostos por bules, leiteiras, açucareiros, frascos e jarras para chá, pratos e xícaras de chá, café e chocolate com os respetivos pires. A decoração destes serviços de porcelana chinesa era bem reveladora dos motivos utilizados pelos ceramistas chineses nas louças de exportação para a Europa: «esmaltadas» de várias cores (encarnado, azul, verde e ouro), mostravam painéis e cercaduras com temas florais e figurativos de origem oriental e europeia[49].

Numa das salas do piso nobre — na «Camara immediata à Sala grande com frente para o jardim» —, guardava-se ainda um serviço de mesa de louça da Saxónia (com «duas Sopeiras com pratos e tampas», 48 pratos de guardanapo e 30 pratos de sopa) e três «aparelhos de chá»: um da mesma louça da Saxónia, com 70 peças; outro de porcelana chinesa «com ornatos de Relevo branco, verde e encarnado», com 35 peças; e um terceiro, com 29 peças, «de pedra branca transparente» — o serviço de alabastro, oferecido ao marquês pelo papa Clemente XIV, e ainda referido em 1939 no catálogo do leilão do recheio do palácio de Oeiras (Meco 2014, p. 119). Todas estas peças se encontravam devidamente protegidas dentro de um armário, certamente pelo seu valor ou raridade[50].

Procedeu-se também à inventariação da roupa de mesa e dos vidros[51]. A escassez de «aparelhos de mesa» (toalhas e guardanapos) e a pouca importância dos vidros inventariados podem ser justificadas pelo facto de a principal morada do segundo marquês de Pombal, em 1805, ser o palácio das Janelas Verdes, em Lisboa (o antigo palácio Alvor, onde hoje está instalado o Museu Nacional de Arte Antiga), e não o palácio de Oeiras, motivo que pode também explicar a quase total ausência de objetos em prata[52].

E no entanto, em julho de 1800, cinco anos antes do inventário, tinham sido enviados para Oeiras, ao cuidado do recém-nomeado feitor das quintas de Oeiras, José Pedro Martins, 19 diferentes «aparelhos de roupa de mesa» — conjuntos de toalhas de mesa grandes e pequenas, guardanapos e «toalhas de limpar mãos», e ainda panos de aparador[53].

---

[48] Designação que se dava aos pratos principais de cada conviva, em que eram servidas as refeições, sobre os quais se colocavam os guardanapos.
[49] FCG. Biblioteca, *Casa Pombal*, *Inventário…*, fls. 20-25.
[50] FCG. Biblioteca, *Casa Pombal, Inventário…*, fls. 15v-17v.
[51] FCG. Biblioteca, *Casa Pombal*, *Inventário…*, fls. 26-27.
[52] As únicas pratas inventariadas, além das que faziam parte do recheio da capela, estavam guardadas na rouparia — dois castiçais com bases em forma de pés de águia, 12 castiçais dentro de mangas de vidro, um escarrador com as armas da casa, duas cruzes pequenas com suas peanhas, 12 colheres de chá, uma tenaz e uma escumadeira também para o chá (FCG. *Casa Pombal*, *Inventário…*, fls. 26 e 26v).
[53] FCG. Biblioteca, *Casa Pombal*, Documentos avulsos, fls. 81-87.

Apesar da escassez de vidros no inventário de 1805, foram frequentes as encomendas de «vidros da Fabrica» (o estabelecimento fundado pelos irmãos Stephens na Marinha Grande, um dos mais acarinhados projetos industriais de Pombal), como os 55 «copos de vidro para Agoa» e as 12 «galhetas jaspiadas e ordinarias», encomendados em agosto de 1775[54], os «24 copos de quartilho atrombetados» e os «23 copos de calice lapidados», pagos em abril de 1776, a que acresceram «12 copos pequenos com asa», no mês seguinte[55]. E o mesmo pode ser afirmado sobre as compras de louças à Real Fábrica do Rato, documentadas desde 1772, algumas delas compradas para os jantares que tiveram lugar em Oeiras. Uma das encomendas mais significativas, pelo seu valor (48$780 réis) e pela variedade de peças, foi feita em dezembro de 1772 e compreendeu terrinas de diferentes tamanhos, pratos compridos, redondos, triangulares e quadrados, pratos de sopa e de fruta, «pratos de guardanapo» de bordos recortados, saladeiras, mostardeiras, «soceiras» [molheiras], manteigueiras de tampa e saleiros[56].



Fig. 11
Terrina em faiança com as armas de Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras, Fábrica do Rato
Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, MNAA6750

[54] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 120, fl. 376.
[55] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 120, fls. 358, 352.
[56] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 97, fls. 481, 482.

A descrição da já mencionada «real merenda», servida a D. Maria I no palácio de Oeiras em agosto de 1783, dá-nos alguns pormenores interessantes para a reconstituição do ambiente das salas de que temos vindo a falar. A casa de jantar encontrava-se alcatifada e era iluminada por «hum competente numero de Luzes». Vários aparadores serviram de apoio à merenda, que constou de uma «coberta em *ambigu*» — ou seja, com apenas um serviço, incluindo todos os tipos de pratos, quentes e frios, da sopa à sobremesa[57]. O morgado de Oliveira, João de Saldanha Oliveira e Sousa, cunhado de Henrique José de Carvalho e Melo, descreveu também a mesa, coberta por «toalha com guardanapos irmaons, cor de roza e branco», servida por «linda louça de Sève» [Sèvres] e decorada com «diferentes figuras de bom gosto e muitos vazos com flores do campo»[58].

Embora não seja referido o tipo de iluminação da casa de jantar, é provável que a principal fonte fosse o «lustrim» [lustre] que em julho de 1775, no âmbito dos preparativos para a instalação em Oeiras da família real, foi de novo dourado e acrescentado com «cinco dirandelas» de folha de Flandres[59].

Quanto à louça de Sèvres usada na merenda, é bem possível que seja aquela que foi enviada para Oeiras pelo 2.º conde, a 12 de dezembro de 1781, e aí recebida pelo feitor José Pedro Martins, que a descreveu como um «aparelho de louça francesa branca com ramos e borda dourada». Composto por 128 peças, este serviço compreendia pratos de guardanapo, pratos covos oitavados, saladeiras redondas e compridas, baldes com as suas salvas, uma tigela com tampa e prato, manteigueiras, mostardeiras, pratos pequenos de conservas e «24 chicaras de asa de feitio de vaso»[60].

A decoração da mesa do palácio de Oeiras foi certamente também uma preocupação do anfitrião (ou do seu copeiro, a quem tal incumbência cabia), como se constata pela descrição da «real merenda». Mas já a 1 de maio de 1775, para o jantar oferecido ao ministro de Inglaterra (o embaixador), a mesa tinha sido guarnecida com «huma Receita de flores feitas em Santa Joana», pelo elevado valor de 48$40[61], certamente por intermediação de soror Madalena de Mendonça, irmã do marquês de Pombal e abadessa neste convento. Para a mesa do jantar da «função da ermida», a 5 de novembro desse mesmo ano, a Real Fábrica do Rato realizou «Hum chafariz para ornato da meza», «hum lago com seus vidros», «24 arcos para o mesmo efeito» e «24 columnas irmans dos arcos», um invulgar centro de mesa que custou 23$120[62].

---

[57] A «coberta em *ambigu*», assim designada pela sua ambiguidade na distinção entre entradas e entremeios, foi muito usada em refeições no campo, ou em intervalos de bailes (Pereira 2000, p. 170).
[58] BNP. Secção de Manuscritos, *Coleção Pombalina*, PBA 697, fl. 101v.
[59] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 162, fl. 64. Segundo Bluteau e Silva (1789, tomo I, p. 440), «dirandela» é uma «peça de metal que se embebe no bocal dos castiçais para aparar os pingos».
[60] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 84, fl. 140.
[61] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 101, fl. 345.
[62] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 162, fl. 367.

6. A BAIXELA DO MARQUÊS DE POMBAL

Da mesa do marquês de Pombal fazia parte uma baixela de prata, encomendada na sua quase totalidade ao ourives lisboeta António Rodrigues Leão.

Mestre prateiro desde 1734, ourives da Casa Real a partir de 1755, morador em Belém, na Quinta do Meio, Rodrigues Leão foi membro do Cartório da Nobreza, participando como Passavante na cerimónia de aclamação de D. José, e como Rei de Armas Portugal na aclamação de D. Maria I — funções que lhe valeram o hábito da Ordem de Cristo, a 11 de julho de 1777 (Sousa 2004, pp. 58-61, 107-111; Fonseca 2016, pp. 454-461).

A sua colaboração com o marquês de Pombal acentuou-se a partir de janeiro de 1771[63], quando António Rodrigues Leão avaliou a prata de serviço da sua casa, no âmbito do «inventário de partilha e adjudicação amigável» com a marquesa e os seus filhos e genros[64]. A partir daí, várias foram as encomendas ao mestre ourives, entregando-lhe quase sempre o marquês pratas usadas, como forma de diminuir o custo das novas peças. Por exemplo, a 1 de janeiro de 1773, Leão recebeu 57 colheres, 64 garfos e 62 cabos de facas de prata usada, fornecendo 10 dúzias de colheres,



Fig. 12
Talheres de um faqueiro outrora pertencente ao marquês de Pombal
Fonte: Câmara Municipal de Estarreja, Casa-Museu Egas Moniz

[63] Antes dessa data existem referências a obras feitas por António Rodrigues Leão para as casas de Oeiras e da Ajuda e para Paulo de Carvalho (BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 144, fls. 114 e 117; BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal,* maço 99, fl. 94).
[64] ANTT. *Chancelaria de D. José*, livro 88, fls. 341-354 (Galvão-Telles 1999, p. 42).

10 dúzias de garfos e 10 dúzias de cabos de facas com as armas do marquês, tudo devidamente acondicionado em seis caixas[65]. A 25 de setembro de 1774, o ourives entregou «huma corvelha[66] grande de prata com seos pes, guarnesida toda de Molduras com entradas, no meio hum richol[67] e tres pes donde asenta huma cafeteira grande», recebendo para abatimento da conta «huma salva de prata grande de gomos antiga e coatro colheres e coatro garfos e coatro cabos de facas»[68].

Um mês após a morte de D. José, Sebastião José de Carvalho e Melo dirigiu, do seu exílio em Pombal, uma carta à rainha D. Maria I, defendendo-se das acusações de que fora alvo, entre as quais a posse de uma «grande, custoza e delicada baixella». Assim se justificava o deposto secretário de Estado, a 29 de março de 1777:

> *Não teve alguma daquellas grandes, Custozas, e delicadas baixellas, que sempre tiveram os Ministros que occuparão os importantes Lugares, que o Suplicante servio: Somente conservou a de que tinha uzado nas Cortes Estrangeiras, com alguns tão insignificantes acrescimos, com alguns, que na sobredita partilha foi avaliada toda a sua prata — em onze mil cruzados com pouca differensa —, de sorte que em tantas occaziões, que o Suplicante era obrigado a dar algum jantar, foi preciso o seu Mordomo pedir porçoens de baixellas emprestadas ao Cardeal da Cunha, e aos Secretarios de Estado D. Luis da Cunha, e Martinho de Mello e Castro*[69].

Provavelmente para esconder os factos, o marquês de Pombal ordenou de imediato ao conde de Oeiras, seu filho, que se desfizesse das peças da baixela. Algumas foram vendidas avulso e outras acabaram por ser fundidas, mas a família ainda conservou várias na sua posse. Na relação final do montante apurado, no valor de 6054$244, explicavam-se, em nota, as opções tomadas:

> *Fundio-se a prata de Ordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Conde, porque muitos a querião somente pelos preços da Ley, de 5$600 reis, e 6$400 réis o marco, e como não chegavão a dar nada por feitios, pareceu tambem que se não devião Lograr della em pessas* […]. *Os Faqueiros, Cafeteiras, Richó do chá, e os Castiçaes de Germen* [Germain] *e a Grande Cafeteira* […] *se ha de conservar*.

---

[65] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 97, fls. 317-321.

[66] «Corvelha» ou «corbelha»: um pequeno cesto ou tabuleiro onde se apresentavam doces, frutas e ornamentações (Monteiro 2002, p. 60).

[67] Do francês *rechaud*, o mesmo que escalfador (Pereira 2000, p. 57).

[68] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal,* maço 121, fl. 224. Do acervo da Casa-Museu Egas Moniz, em Avanca, Estarreja, fazem parte vários talheres, adquiridos em 1920 à Casa Leitão & Irmão (Fig. 12). Os «24 talheres de meza e 24 de sobremeza», vendidos no leilão do palácio Foz em 1901, tinham inicialmente pertencido ao marquês de Pombal. Em 1920 existiam ainda exemplares idênticos, repartidos entre a Casa Pombal e a Casa dos marqueses de Castelo Melhor. Agradeço as informações e a fotografia dos talheres à Dra. Rosa Maria Rodrigues, conservadora da Casa-Museu Egas Moniz.

[69] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, maço 102, fl. 3v.

A 23 de abril de 1777 foram pesadas e fundidas na Casa da Moeda várias peças, transformadas em onze barras de prata, que renderam 2250$059 réis, depois de retiradas as despesas da fundição:

> *Quatro pratos compridos ouvados com duas tampas e dous remates/Quatro ditos menores sem tampas/Dous ditos menores/Dous pratos redondos com suas tampas e remates/Quatro ditos menores, com duas tampas, e remates/Quatro ditos menores, com duas tampas, e remates/Quatro pratos de figura Triangular/Duas Terrinas com seus ferros, tampas e remates/Seis Saleiros antigos/Sesenta pratos de guardanapos/Quatro castiçaes grandes de Meza/Quatro ditos menores/Huma salva antiga, grande com seu pé/Duas colheres de sopa*.

Uma segunda relação de peças foi vendida ao ourives António Rodrigues Leão «pelo mayor preço que por ella se dava», que correspondeu a 1882$112 réis:

> *Sessenta pratos de guardanapo, redondos, molduras com entradas/Outo flamengas, redondas com as mesmas molduras, e entradas, que são 4 mayores, e 4 menores/Outo pratos ovados com o mesmo moldurado, que são 4 mayores, e 4 menores/Quatro pratos quadrados, com entradas/Quatro ditos de figura triangular, com entradas/Quatro baldes para garrafas com 2 azas cada hum, e seis tiquetas com Letreiros/Duas Salvas à Ingleza, grandes, molduras com entradas, e de 4 pés cada huma/Duas manteigueiras com seus pés*.

A 11 de maio, um terceiro lote, composto por várias peças não discriminadas, foi transformado em cinco barras de prata, com o valor de 1242$603.

A 2 de junho foi fundido o «Sortû[70] da Baixella». Composto por «1 Bandeja forrada por baixo de madeira, 4 Pés de entrada da mesma, 1 Trempe de 4 pés, 1 Cesta, 4 Dirandellas e 3 Açucareiros», rendeu duas barras de prata, correspondendo a 341$870 réis.

Finalmente, um conjunto de «peças avulsas» foi vendido a diversas pessoas, não identificadas, pelo montante de 336$900 réis:

> *Hum par de Rechóz/Seis Castiçaes, e suas dirandellas/Duas Salvinhas à Ingleza/Seis salvas piquenas com seus péz para chícaras/Dous Castiçaes mayores/Dous ditos menores/Hum prato comprido/2 colheres, para sopa*[71].

[70] *Surtout* ou sobretodo — peça ou conjunto ornamental para o centro da mesa (Monteiro 2002, p. 86).
[71] BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal,* maço 102, fls. 81/1-12.

Como atrás referimos, da baixela de prata do marquês de Pombal apenas permaneceram na família as peças aparentemente consideradas mais valiosas: os faqueiros, as cafeteiras, o escalfador para o chá e a «grande cafeteira», do ourives António Rodrigues Leão, e «os castiçais de Germain» — uma referência clara à oficina de Thomas Germain e de seu filho, François-Thomas Germain, os dois famosos ourives parisienses responsáveis pela baixela da Casa Real portuguesa, antes e depois do terramoto de 1755.

Fundida ou vendida na sua quase totalidade entre abril e junho de 1777, a baixela de prata do marquês de Pombal era certamente uma «grande, custoza e delicada baixella», ao contrário daquilo que o mesmo sustentou na carta que dirigiu à rainha. Pelo número e variedade de peças que a compunham, identificadas no documento que acabámos de transcrever, parece bem adequada ao «serviço à francesa», codificado na corte de Luís XIV em finais do século XVII e divulgado em toda a Europa como «paradigma de requinte e civilidade» (Monteiro 2002, p. 39)[72].

O próprio Sebastião José de Carvalho e Melo encomendara, um ano antes do terramoto, ao rico negociante judeu Tobias Boas, residente na Haia[73], uma outra baixela de duas cobertas para 25 pessoas. A nova encomenda foi feita através de Martinho de Melo e Castro, então embaixador na Legação da Haia, nos Países Baixos. Dela constaram doze dúzias de pratos de guardanapo, oitavados, encomendados em carta enviada a 29 de novembro de 1754, recomendando o secretário de Estado que os mesmos fossem «fortes e capazes de aturar serviço»[74]. O acabamento destes pratos não agradou a Sebastião José, que explicou na carta seguinte, dirigida ao embaixador a 16 de maio de 1755, ter sido forçado a mandá-los desmanchar, por terem apenas «hum debrum» e não uma «borda proporcionada» como pretendera. Apesar deste contratempo, encomendou a Tobias Boas mais 24 pratos maiores, «compridos como outavados», um «sobretodo», quatro pratos quadrados para colocar em seu redor, pratos triangulares ou «Chapeos» para os cantos da mesa e «quatro boas Terrinhas [*sic*, por Terrinas] com seus pratos e Coberturas». Sebastião José advertia ainda que as «cobertas ou Cloches» dos pratos do primeiro serviço deveriam ter remates condizentes com «as das Terrinhas, para servirem com ellas sem deformidade». Para agilizar a obra da prata (e certamente torná-la menos dispendiosa…) enviaria «huma boa porção deste Metal»[75].

A 7 de setembro de 1755 a encomenda estava já entregue em Lisboa, «pela via mais breve com seguro», tal como fora recomendado por Sebastião José. O secretário de Estado pediu então a Martinho de Melo e Castro que sacasse uma letra sobre

[72] O «serviço à francesa» compreendia três ou quatro «cobertas», sendo em cada uma a mesa posta de novo e coberta de novas iguarias: na primeira o cozido, na segunda o assado, na terceira os entremezes e na última a sobremesa ou *dessert*; o assado e os entremezes podiam ser reunidos numa única coberta (Monteiro 2002, pp. 42, 43, 85).
[73] Sobre Tobias Boaz veja-se https://www.joodserfgoeddenhaag.nl/bankier-tobias-boas-1696-1782 [consult. 2025-06-08].
[74] ANTT. MNE, livro 119, doc. 3 (carta de 29 de novembro de 1754).
[75] ANTT. MNE, livro 119, doc. 4 (carta de 16 de maio de 1755).

António José Galvão, para assim saldar o resto da dívida a Tobias Boas. Nesta última carta deixou ainda uma frase enigmática: «E em outra occasião participarei a Vossa Senhoria o que se deve obrar a respeito da grande baixella»[76]. O terramoto de 1755, ocorrido cerca de dois meses depois, viria ditar outras prioridades…

Nas cartas trocadas entre os dois estadistas nunca aparece o nome do ourives a quem o comerciante judeu encarregara a execução da baixela do secretário de Estado, embora a historiografia portuguesa, com base na transcrição da carta de maio de 1755, publicada no *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes*, repita sempre ter-se tratado de uma «encomenda a Germain»[77].

É conhecido o apreço que Martinho de Melo e Castro teve por esta oficina parisiense, à qual por volta de 1763 voltaria a adquirir um par de terrinas para completar a sua própria baixela (Penalva e Magalhães 2019-2020, p. 133). Por esclarecer ficam as circunstâncias que envolveram a aquisição dos «castiçais de Germain», poupados em 1777 à fundição e conservados na posse da família do marquês de Pombal. Fariam parte da baixela «que tinha uzado nas Cortes Estrangeiras», como se desculpou perante a rainha ao cair em desgraça?

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Arquivos Notariais*, 11.º cartório, ofício A, livro 28, caixa 5, fls. 16v-18; livro 33, caixa 6, fls. 29-31.
ANTT. *Chancelaria de D. José*, livro 88.
ANTT. *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, livro 119 (docs. 3, 4 e 5); livro 148.
ANTT. *Real Fábrica das Sedas*, livro 422.

Biblioteca Nacional de Portugal

BNP. Secção de Manuscritos, *Arquivo Pombal*, Maços 8; 14; 52; 63; 71; 74; 84; 97; 99; 101; 102; 114; 120; 121; 127; 144; 150; 162. Livros AP257 (cota topográfica provisória); BN/AP/GF/01/Lv01; BN/AP/GF/01/Lv02; BN/AP/GF/01/Lv03.
BNP. Secção de Manuscritos, *Coleção Pombalina*, PBA 697, fls. 98-103v.

Fundação Calouste Gulbenkian

FCG. Biblioteca, *Casa Pombal, Inventário dos Móveis Que contem o Palacio, Quintas, e Officinas do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Pombal na sua Villa de Oeiras, antigo Solar dos Senhores Carvalhos Em o anno de 1805*; Documentos avulsos.
FCG. Museu, 04250, *Obras de conservação e Restauro do Palácio de Oeiras*.

[76] ANTT. MNE, livro 119, doc. 5 (carta de 7 de setembro de 1755).
[77] *Boletim da Academia Nacional de Belas Artes: Documentos relativos à ourivesaria francesa encomendada para Portugal*, I, 1935, doc. CII, pp. 59-60. A encomenda a Germain foi referida, creio que pela primeira vez, por Ana Marques Pereira (2000, p. 66), e desde então várias vezes repetida (Penalva e Magalhães 2019-2020, p. 131).

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Padre D. Rafael, 1712-1721. *Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatómico, Arquitectónico, Bélico, Botânico, Brasílico, Cómico, Critico, Químico, Dogmático, etc., autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses e latinos, e oferecido a el-rei de Portugal D. João V.* Lisboa: Pascoal da Silva. 8 vols.

BLUTEAU, Padre D. Rafael, e António de Moraes SILVA, 1789. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.* Lisboa: Simão Tadeu Ferreira. 2 vols.

Boletim da Academia Nacional de Belas Artes: documentos relativos à ourivesaria francesa encomendada para Portugal. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1935, vol. I, doc. CII.

MACHADO, Cirilo Volkmar, 1823. *Collecção de Memorias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, e dos estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidas e ordenadas por Cyrillo Volkmar Machado, Pintor ao serviço de S. Magestade o Senhor D. João VI.* Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.

Memorial Histórico ou Colecção de Memórias sobre Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1982. 2 vols.

THOMASSIN, Simon, 1694. *Recueil des Figures, Groupes, Thermes, Fontaines, Vases, et autres Ornemens tels qu'ils se voyent à present dans le Chateau et Parc de Versailles, gravé d'après les originaux par Simon Thomassin Graveur du Roy. À Paris Chez S. Thomassin Graveur du Roy rue St. Jacques vis à vis la rue du Plastre, à l'enseigne de l'Annonciation et de l'Ésperance*.

OBRAS DE CONSULTA

BARROS, Fátima Rombouts de, 2018. Abundância e Arte. Deambulações pela Casa do Marquês de Pombal, em Oeiras, ao encontro das obras finais e dos tectos pintados por Pedro Alexandrino de Carvalho. *Revista História-Cultura-Património*. Oeiras: Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras, (2), 44-75. ISSN 2184-0288.

CÂMARA, Maria Alexandra Trindade Gago da, 2009. Cerimonial por ocasião da presença do conde de Bachi na corte de D. José I. *Revista de Artes Decorativas*. Porto: CITAR, Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, (3), 345-349. ISSN 1646-8759.

FARIA, Miguel, 2008. A Biblioteca de Machado de Castro. Em: Miguel FARIA. *Machado de Castro (1731-1822) – Estudos*. Lisboa: Livros Horizonte, pp. 119-177. ISBN 978-972-24-1611-5.

FONSECA, Rita Carlos da, 2016. *Os ourives da prata em Lisboa no período Rococó – os mestres e as obras.* Tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa, Porto.

FRANCO, Carlos José de Almeida, 2014. *Casas das elites de Lisboa: objectos, interiores e vivências (1750/1830)*. Tese de doutoramento em Estudos do Património, Escola das Artes, Universidade Católica, Porto.

GALVÃO-TELLES, João Bernardo, 1999. Memória Genealógica. Em: João Bernardo GALVÃO-TELLES, e Miguel Metelo de SEIXAS, dir. *Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º Conde de Oeiras, 1.º Marquês de Pombal. Memória Genealógica e Heráldica nos trezentos anos do seu nascimento (13 de maio de 1699 – 13 de maio de 1999)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras; Universidade Lusíada, pp. 15-51. ISBN 972-8508-24-7.

MANGUCCI, António Celso, 2020. *História da Azulejaria Portuguesa, Iconografia e Retórica*. Tese de doutoramento em História da Arte, Universidade de Évora.

MECO, José, 2014. O recheio desaparecido do palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras. Em: Marize MALTA, e Isabel MENDONÇA, coord. *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores: Estudos luso-brasileiros em arte, memória e património*. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade

de Ciências Sociais e Humanas; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes – Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 105-125. ISBN 978-989-99192-0-4, 978-85-87145-60-4.

MECO, José, 1984. O Palácio e a Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras (algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal). Em: Maria Helena Carvalho dos SANTOS, coord. *Pombal Revisitado*. Lisboa: Editorial Estampa, vol. II, pp. 159-171.

MENDES, Rui Manuel Mesquita, 2018. Companhias de azulejadores e de pintores de azulejos activas em Lisboa entre 1757 e 1773: novos contributos para o estudo da produção de azulejos no período pombalino. *ARTis ON*. (6), 46-59. ISSN 2183-7082.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2019-2020. Estuques decorativos em Portugal e a divulgação do Rococó. *ARTIS. Revista de História da Arte e Ciências do Património – Rococó.* Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (7-8), 106-113. ISBN 978-989-658-690-4.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2014a. Estuques decorativos em palácios da região de Lisboa: encomendadores, artistas e fontes de inspiração. Em: Marize MALTA, e Isabel MENDONÇA, coord. *Casas senhoriais Rio-Lisboa e seus interiores: Estudos luso-brasileiros em arte, memória e património*. Lisboa: Instituto de História da Arte – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes – Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 175-201. ISBN 978-989-99192-0-4, 978-85-87145-60-4.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2014b. João Grossi e a sua «companhia». Estucadores estrangeiros na Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus. *Rossio*: *Estudos de Lisboa*. (3), 168-179. ISSN 2183-1327.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2014c. O que Cirilo não sabia sobre Giovanni Grossi e os outros estucadores suíços em Lisboa. Em: *Actas do IV Colóquio Internacional de História da Arte em homenagem a José-Augusto França*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Historiadores da Arte, pp. 490-498. ISBN 978-989-20-4815-4.

MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, 2009. *Estuques decorativos: a viagem das formas (séculos XVI a XIX)*. Lisboa: Nova Terra; Principia. ISBN 978-989-8131-59-1.

MONTEIRO, Inês Líbano, 2002. Uma Baixela para servir a quatro Cobertas. Em: Isabel Silveira GODINHO, coord. *A Baixela de Sua Majestade Fidelíssima. Uma obra de François Thomas Germain*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, pp. 38-91. ISBN 972-8736-20-7.

PENALVA, Luísa, MAGALHÃES, João, 2019-2020. A Arte dos Germain: a baixela real e influências francesas na ourivesaria rococó em Portugal. *ARTIS. Revista de História da Arte e Ciências do Património – Rococó.* Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, (7-8), 124-133. ISBN 978-989-658-690-4.

PEREIRA, Ana Marques, 2000. *Mesa Real. Dinastia de Bragança*. Lisboa: Inapa. ISBN 9789728387754.

SANTOS, José Gomes dos, 2017. A consagração da capela de Nossa Senhora das Mercês do Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras. *Revista História-Cultura-Património*. Oeiras: Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras, (1), 52-57. ISSN 2184-0288.

SENA, Maria Teresa, 1982. Reconciliação de D. Maria I com a casa de Oeiras. *História*. Lisboa: Publicações Projornal, (49), 12-22.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e, 2004. *A ourivesaria da prata em Portugal e os mestres portuenses. História e Sociabilidade, 1750-1810*. Porto: Ed. de autor. ISBN 972-9119-93-7.

THORNTON, Peter, 1993. *Authentic decor. The domestic interior (1620-1920)*. Londres: Seven Dials.

VELOSO, Carlos, 1992. *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros*. Coimbra: Minerva Histórica.